

## **PERFIL SÓCIODEMOGRÁFICO DO ENVELHECIMENTO NO ESTADO DA PARAÍBA: SOB A ÓTICA DO PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO E QUALIDADE DA ATENÇÃO BÁSICA**

José Antonio da Silva Júnior<sup>1</sup>  
Ana Cecília de Souza Moraes Clementino<sup>2</sup>  
Larissa Genuíno Carneiro Martini<sup>3</sup>  
Emanuella de Castro Marcolino<sup>4</sup>  
Francisco de Sales Clementino<sup>5</sup>

### **INTRODUÇÃO**

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em seu Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde, atesta que o contingente que mais cresce em todo o mundo é a parcela idosa da população (OMS, 2015). Para o ano de 2050, a expectativa no Brasil, bem como em todo o mundo, é de que existirão mais idosos que crianças abaixo de 15 anos, fenômeno esse nunca antes observado (BRASIL, 2006a).

Para Bloom et al. (2015) o impacto do envelhecimento da população vai depender, em parte, da natureza das políticas que vão dar resposta a esta nova realidade, uma vez que a carga da doença e a redução do bem-estar afetam a pessoa idosa e família, os sistemas de saúde, social e a economia (OMS, 2014). Além disso, ao longo da história, a saúde pública brasileira não contou com dispositivos com expressividade para acompanhar as transformações sociais inerentes ao processo de envelhecimento, sendo este permeado por grande precariedade, o que repercute até os dias atuais (MARIN; PANES, 2015).

Por se tratar de um contingente crescente da população inativa e dependente, em comparação daquele que está em idade ativa (POLTRONIERI; COSTA; SOARES, 2015), a Política Nacional de Atenção à Pessoa Idosa (PNPI), assegura os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade (BRASIL, 2006b).

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Campina Grande- UFCG, joseantonio.030@hotmail.com;

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Odontologia da Faculdade de Ciências Médicas de Campina Grande, Paraíba. E-mail: cecismoraes.acm@gmail.com;

<sup>3</sup> Graduanda do Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Campina Grande- UFCG. E-mail: larissakarolinesousa04822@gmail.com;

<sup>4</sup> Doutoranda. Docente Faculdade de Ciências Médicas de Campina Grande, Paraíba. E-mail: emanuella.de.castro@gmail.com

<sup>5</sup> Doutor pelo Programa Pós-graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. E-mail: fclementino67@yahoo.com.br;

Além disso, o Estatuto do Idoso reforça a atenção integral à saúde da pessoa idosa, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente esse grupo populacional (BRASIL 2003).

Nesse enfoque, o Ministério da Saúde (MS), através da Portaria nº 399/2006, instituiu o Pacto pela Saúde, constituído de três dimensões, a saber: o Pacto pela vida, o Pacto em defesa do SUS e o Pacto de Gestão. Entre as prioridades propostas pelo Pacto pela Vida, destaca-se a atenção à saúde do idoso, além de se contar com projeções que indicam a necessidade de organização da sociedade e, em especial dos serviços de saúde, para lidar com essa nova realidade (BRASIL, 2006; MARIN; PANES, 2015).

Nesse âmbito, insere-se a Atenção Básica (AB) como a principal porta de entrada dos usuários nos serviços de saúde, como forma privilegiada de acesso, concretizando a integralidade da atenção à saúde através da articulação entre ações de promoção à saúde, prevenção de agravos, vigilância à saúde, tratamento e reabilitação (MORAIS et al., 2012).

Embora a legislação brasileira atinente aos cuidados à pessoa idosa esteja avançando, salienta-se que na AB apresenta alguns desafios, como a necessidade de capacitação dos profissionais de saúde, ampliação da oferta de ações específicas direcionadas às necessidades do idoso e melhoria da qualidade da assistência, desarticulação da rede de cuidados, dentre outros obstáculos (MARTINS et al., 2014; SILVA et al., 2018; FERREIRA; MATTOS, 2018; CORREIA; FREIRES; LUCENA, 2015; PIUVEZAM et al., 2016).

Nesta perspectiva, o MS instituiu em 2011, o Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade (PMAQ-AB), com o objetivo de provocar mudanças no processo de trabalho das equipes, por meio de mecanismos que envolvem análise, avaliação, intervenção e certificação, aliando o repasse de recursos conforme o desempenho alcançado na implantação e desenvolvimento dos indicadores pactuados pela gestão municipal (PINTO; SOUSA; FERLA, 2014).

Dessa forma, emerge o seguinte questionamento: Qual o perfil sócio demográfico da população idosa atendida na Atenção Básica, no Estado da Paraíba? Como objetivo deste estudo pretende-se descrever o perfil sócio demográfico da população idosa atendida na Atenção Básica, no Estado da Paraíba.

## **METODOLOGIA**

Estudo transversal com abordagem quantitativa baseado nos dados do 2º ciclo de avaliação externa realizada pelo PMAQ-AB em 2014, que abordou aspectos relativos ao Perfil

Sóciodemográfico do Envelhecimento no Estado da Paraíba: sob a ótica do Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade da Atenção Básica.

Todas as UBSs que aderiram à 1ª etapa do programa (contratualização) participaram da avaliação externa. No 2º ciclo do PMAQ-AB, 100% dessas unidades na Paraíba aderiram ao referido Programa. Para tanto, aplicou-se o instrumento a 187 idosos por conveniência, sem interferência dos profissionais de saúde, durante o horário de funcionamento das UBS.

O instrumento foi aplicado entre os meses de abril e junho de 2014 pelos supervisores e avaliadores de campo da Paraíba, distribuídos nos 223 municípios do referido Estado. Para obtenção dos dados absolutos e frequências relativas das variáveis, utilizou-se o *Statistical Package for the Social Sciences*, versão 21. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, protocolo nº 21904.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Participaram do estudo 187 idosos, sendo 58 (31,0%) do sexo masculino e 129 (69,0%) do sexo feminino. Esses dados coincidem com resultados de estudos em que se observou predomínio de mulheres vivendo na companhia de familiares ou cuidadores (MONTEZ; BERKMAN, 2014; CAMPOS et al., 2016; SOUSA et al., 2018).

No tocante a faixa-etária dos entrevistados, houve prevalência dos idosos entre 60 e 69 anos, totalizando 117 (62,6%) participantes, seguido da faixa etária de 70 e 79 anos, com 59 (31,5%) e 11 (5,9%) correspondentes a faixa-etária maior de 80 anos.

Silva et al. (2018) em estudo realizado na cidade de Belo Horizonte com idosos atendidos na AB, constataram que 44,4% dos (as) idosos (as) pertenciam a faixa etária entre 60 e 69 anos, 36,2% à faixa-etária de 70 a 79 anos e 19,4% dos (as) idosos (as) tinham 80 anos ou mais. Esses dados estão de acordo com as pesquisas do **IBGE** que mostram que quando comparados, o estado de Minas Gerais tem uma expectativa de vida maior que o estado da Paraíba (IBGE, 2013).

No que se refere à escolaridade, verificou-se que 55 (29,4%) idosos (as) afirmaram não terem sido alfabetizados (as), 27 (14,4%) foram alfabetizados (as), no que se refere ao ensino fundamental 65 (34,8%) participantes não o cursaram de forma completa e 16 (8,6%) participantes o finalizaram. Em relação ao ensino médio quatro (2,1%) idosos (as) não o completaram e 14 (7,5%) participantes o tinham por completo. Por fim, dois (1,1%) dos participantes possuíam o ensino superior incompleto e quatro (2,1%) idosos (as) possuíam o superior completo.

Um estudo realizado com idosos atendidos por equipes de AB de um município do estado do Pará constatou que 21,5% dos participantes eram analfabetos, 59,2% possuíam o primário incompleto, 12,3% possuíam o primário completo e apenas 6,9% possuíam ensino médio/superior (SOUSA et al., 2018). No que se refere às questões de saúde, a alta taxa de analfabetismo pode vir a dificultar a questão da assistência prestada nos serviços de AB. Dessa forma, é importante que os profissionais de saúde atentem para essas questões ao atender uma pessoa idosa, buscando ultrapassar esse obstáculo.

Em relação ao salário do mês anterior à coleta da pesquisa, 17 (9,1%) dos (as) participantes entrevistados (as) responderam que o haviam recebido, contudo 170 (90,9%) não saber informar sobre esse fato. Dentre os (as) participantes que afirmaram ter recebido o salário no último mês, 15 (8,0%) idosos (as) responderam receber menos de um salário mínimo, seguido de dois (1,1%) que afirmaram receber entre um a três salários mínimos.

Pilger, Menon e Mathias (2011), demonstraram em seu estudo realizado com idosos cadastrados em uma equipe de AB de uma cidade do Paraná, que 71,3% dos idosos recebiam de 0 a 1 salário mínimo, 27,6% recebiam de 1 a 3 salários mínimos e 1,1% recebiam 3 e mais salários mínimos.

No tocante ser ao recebimento dos benefícios do Programa Bolsa Família (PBF), quatro (2,1%) dos (as) idosos (as) responderam que o recebiam, 11 (5,9%) responderam não receber, seguido de 172 (92,0%) que não souberam responder a essa questão. Os (as) participantes também foram questionados sobre o recebimento desse benefício por algum membro da sua família, sendo que, 13 (7,0%) responderam que sim, seguidos de 172 (92,0%), dois (1,1%) responderam respectivamente não receber e não souberam responder.

Quando questionados (as) os motivos de não receber o dinheiro do PBF 12 (6,4%) responderam porque o cadastro está desatualizado e consta que a família não recebe o auxílio. Além disso, um (0,5%) justificou que a família não atendia aos critérios estabelecidos pelo programa supracitado, seguido de 174 (93,0%) não souberam responder. Quando questionado (a) se algum profissional da equipe já falou sobre o PBF, apenas um (0,5%) dos idosos respondeu que não e 186 (99,5%) não souberam responder.

Em um estudo realizado com idosos incluídos na base de dados do CADÚNICO de uma cidade mineira, demonstrou que apenas 14,1% dos idosos cadastrados eram beneficiários do PBF (AMARAL; MELO; OLIVEIRA, 2015). Os (as) profissionais de saúde da AB têm papel importante não só nas questões do processo de saúde-doença, mas também no esclarecimento básico referente aos programas disponíveis para os usuários do serviço.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa trouxeram informações relevantes acerca do Perfil Sociodemográfico do Envelhecimento no Estado da Paraíba. Observou-se no referido estudo, predomínio de idosos com idade entre 60 e 69 anos. Além disso, um considerável número de idosos do sexo feminino (69,0%).

Além disso, observou-se que 15 (8,0%) idosos (as) recebem menos de um salário mínimo, caracterizando situação de extrema pobreza desses idosos. Fato preocupante, tendo em vista que a questão salarial insuficiente implica em conflitos e tensões, uma vez que interfere no acesso ao serviço de saúde, na aquisição de medicamentos, dentre outras demandas de ordem social e familiar.

Ressalta-se que o conhecimento do perfil sociodemográfico dos idosos atendidos na AB no estado da Paraíba, configura-se como importante ferramenta de gestão, uma vez que a utilização desses dados facilita a definição de um plano de ação capaz de produzir mudanças e melhorias nas ações ofertadas aos idosos na AB, a partir de uma assistência humanizada e integral.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, T.M.R.; MELO, E.M.; OLIVEIRA, G.L. Comparação do perfil de idosos ativos e não ativos do Programa Bolsa Família. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.**, v. 18, n. 2, p. 351-360, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-9823.2015.14020>. Acesso em: 14 abr. 2019.
- BRASIL. Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 03 out. 2003.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006a.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa**. Portaria nº 2.528, de 19 de outubro de 2006. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2006b.
- CAMPOS, A.C.V. et al. Healthy aging profile in octogenarians in Brazil. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 24, p. e2724, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1518-8345.0694.2724>. Acesso em: 25 abr. 2019.
- CORREIA, A.A.; FREIRES, F.C.; LUCENA, A.L.R. Assistência de enfermagem ao idoso em Unidades de Saúde da Família. **Rev. Ciênc. Saúde Nova Esperança**, v. 13, n. 2, p. 33-41, 2015. Disponível em: <http://www.facene.com.br/wp-content/uploads/2010/11/ASSISTENCIA-DE-ENFERMAGEM-AO-IDOSO-EM-USF-PRONTO.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2019.
- FERREIRA, A.C.S.; MATTOS, M. Atenção multiprofissional ao idoso em condição crônica na Estratégia Saúde da Família. **Rev. Bras. Promoç. Saúde**, v. 31, n. 3, p. 1-10, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5020/18061230.2018.7576>. Acesso em: 14 abr. 2019.
- IBGE. **Projeção da população das Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2000/2030**. Brasília: IBGE, 2013.
- MARIN, M.J.S.; PANES, V.C.B. Envelhecimento da população e as políticas públicas de saúde. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília**, v.1, n.1, p.26-34, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.33027/2447-780X.2015.v1.n1.03.p26>. Acesso em: 26 abr. 2019.

- MARTINS, A.B. et al. Atenção Primária a Saúde voltada as necessidades dos idosos: da teoria à prática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 8, p. 3403-3416, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014198.13312013>. Acesso em: 14 abr. 2019.
- MONTEZ, J.K.; BERKMAN, L.F. Trends in the educational gradient of mortality among US adults aged 45 to 84 years: bringing regional context into the explanation. **Am J Public Health**, v. 104, n. 1, p. e82-90, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.2105/AJPH.2013.301526>. Acesso em: 24 abr. 2019.
- MORAIS, I.F. et al. O que mudou nos serviços de saúde com a estratégia saúde da família. **Rev. Rene.**, v. 13, n. 2, p. 291-9, 2012. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/rene/article/view/3816>. Acesso em: 24 abr. 2019.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). “Ageing well” must be a global priority. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/detail/06-11-2014--ageing-well-must-be-a-global-priority>. Acesso em: 16 abr. 2019.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório mundial de envelhecimento e saúde**. USA, 2015.
- PILGER, C.; MENON, M.H.; MATHIAS, T.A.F. Características sociodemográficas e de saúde de idosos: contribuições para os serviços de saúde. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 19, n. 5, p. 09 telas, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692011000500022>. Acesso em: 26 abr. 2019.
- PINTO, H.A.; SOUSA, A.N.A.; FERLA, A.A. O Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica: várias faces de uma política inovadora. **Saúde debate**, v. 38(esp), p. 358-372, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5935/0103-1104.2014S027>. Acesso em: 16 abr. 2019.
- PIUVEZAM, G. et al. Atenção primária à saúde e os idosos institucionalizados: a perspectiva da gestão municipal no Brasil. **Rev. Port. Sau. Pub.**, v. 34, n. 1, p. 92-100, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.rpsp.2015.05.003>. Acesso em: 24 abr. 2019.
- POLTRONIERI, C.F.; COSTA, J.S.; SOARES, N. Políticas públicas à pessoa idosa: uma breve discussão da proteção social. In: I Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social, 1, 2015, Londrina. **Anais...** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2015. Disponível em: [http://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo1/oral/35\\_politicas\\_publicas....pdf](http://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo1/oral/35_politicas_publicas....pdf). Acesso em: 26 abr. 2019.
- SILVA, A.S.T. et al. Acolhimento ao idoso em Unidades de Saúde da Família. **Rev. enferm. UFPE on line.**, v. 12, n. 8, p. 2247-56, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/download/235828/29744>. Acesso em: 26 abr. 2019.
- SILVA, P.A.B. et al. Perfil sociodemográfico e clínico de idosos acompanhados por equipes de Saúde da Família sob a perspectiva do gênero. **J. res.: fundam. care. online**, v. 10, n. 1, p. 97-105, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2018.v10i1.97-105>. Acesso em: 26 abr. 2019.
- SOUSA, F. J. D. et al. Perfil sociodemográfico e suporte social de idosos na Atenção Primária. **Rev. enferm. UFPE on line.**, v. 12, n. 4, p. 824-31, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/download/22855/28608>. Acesso em: 26 abr. 2019.